

## **Em mobilização nacional, entidades pedem royalties para educação**

Votação do projeto de lei que destina os recursos dos royalties do petróleo para a educação e saúde é uma das prioridades da Câmara esta semana

No Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Educação - promovido por diversas entidades ligadas ao setor - movimentos sociais, estudantes, professores e trabalhadores da área vão às ruas, em todo o País, pedir a destinação dos recursos do petróleo para educação e saúde. Eles defendem a aprovação do substitutivo apresentando pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE) e já aprovado na primeira votação na Câmara.

O texto foi aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado, onde sofreu modificações e agora retornou à Casa. O texto de Figueiredo propõe que 75% dos royalties do petróleo sejam destinados à educação e 25%, à saúde. No Senado, essa parte da proposta foi mantida. A principal diferença entre os textos da Câmara e do Senado está no uso dos recursos do Fundo Social.

O texto do Senado determina a aplicação obrigatória de 50% dos rendimentos do fundo em saúde e educação, já o da Câmara prevê que metade das verbas totais do fundo seja investida nos setores.

A conclusão da votação do projeto de lei que destina os recursos dos royalties do petróleo para a educação e saúde é uma das prioridades da Câmara esta semana. Concluída a votação, o projeto será encaminhado à sanção presidencial, uma vez que já foi aprovado pelo Senado. A presidente Dilma Rousseff defendeu na semana passada a destinação de 100% dos royalties do petróleo para investimentos em educação.

Para apoiar as passeatas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promove um tuitaço às 16h. A proposta é que os usuários do Twitter postem nas próprias páginas e nas páginas dos deputados frases que peçam a aprovação do projeto de lei com as hashtags #royaltiespraeducação, #presalpraeducação e #mobilizaune.

# Royalties do petróleo

Recursos necessários para cumprir as metas da educação até 2020, os royalties do petróleo ainda causam impasse entre o governo e o Congresso Nacional. Compare as propostas:

Projeto apresentado pelo governo	Proposta aprovada na Câmara	Proposta aprovada no Senado
Destinação de <b>100%</b> dos royalties do petróleo para a educação	Destinação de <b>75%</b> dos royalties para a educação e <b>25%</b> para a saúde	Mantém a proposta da Câmara de destinar <b>75%</b> dos royalties para a educação e <b>25%</b> para a saúde
Destinação de <b>50% dos rendimentos</b> do Fundo Social para a educação	Destinação de <b>50% de todos os recursos recebidos</b> pelo fundo social do pré-sal para a educação, e não apenas dos rendimentos	Retoma a proposta do governo de destinar <b>50% dos rendimentos</b> dos recursos recebidos pelo Fundo Social, em vez do total
Apenas os <b>contratos fechados</b> após 3 de dezembro de 2012 devem ser destinados para a educação	Destina para a educação os recursos dos <b>contratos já assinados</b> , mas que o só começaram a ser explorados a partir de 3 de dezembro de 2012	Mantém para a educação os recursos dos <b>contratos assinados antes de dezembro de 2012</b> . A diferença em relação à proposta da Câmara é que a medida só vale para o governo federal. Estados e municípios ficam isentos da obrigatoriedade
Recurso estimado para a educação em 10 anos:  <b>R\$ 25,8 bilhões</b>	Recurso estimado para a educação em 10 anos:  <b>R\$ 261,4 bilhões</b>	Recurso estimado para a educação em 10 anos:  <b>R\$ 97,48 bilhões</b>

Fonte: Terra/Educação [Portal]. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/educacao/em-mobilizacao-nacional-entidades-pedem-royalties-para-educacao,cac555031bd60410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 13 ago. 2013.